

Brasil brilha na política internacional

Nos últimos quatro anos, o Brasil conquistou mais espaço na política internacional, diz o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em entrevista à Tópicos. A diversificação de parcerias continua sendo uma das prioridades da diplomacia brasileira.

ENTREVISTADO POR: DR. UWE KAESTNER

Tópicos: Qual é o balanço da política externa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na passagem do ano 2006-2007? Quais prioridades foram estabelecidas pela diplomacia brasileira e com que resultados o senhor está particularmente satisfeito?

Celso Luiz Nunes Amorim: As prioridades da política externa foram estabelecidas desde o primeiro momento. Basta ver o discurso de posse do presidente Lula em 2003 e conferir. Está tudo lá: a integração da América do Sul, a diversificação de parcerias, a cooperação Sul-Sul, a retomada das relações com a África, o combate à fome e à pobreza, a democratização das relações internacionais, entre vários outros pontos.

O balanço que faço desses quatro anos de governo, portanto, é muito positivo. O Brasil agora tem uma projeção muito maior no mundo. Nossas exportações atingiram cifras recordes. O G-4, entre Brasil, Alemanha, Japão e Índia, colocou na ordem do dia o debate sobre a ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Na OMC, a criação do G-20 mudou o padrão das negociações comerciais multilaterais. O Brasil tem hoje um papel de liderança na Rodada Doha, que é resultado direto das escolhas políticas que fizemos e de nossa boa coordenação com outros países em desenvolvimento.

Nos últimos anos, vários acontecimentos nos países sul-americanos vizinhos impuseram difíceis tarefas à diplomacia brasileira. O Brasil, por sua vez, incentivou a integração

regional, tanto no Mercosul como na Comunidade Sul-Americana de Nações. O senhor considera esses esforços brasileiros mais como uma reação aos desenvolvimentos dos países vizinhos ou como uma perseverante expansão de sua liderança no continente?

Em primeiro lugar, é preciso deixar claro que não estamos em competição por liderança com nenhum país. O Brasil tem um compromisso de longo prazo com a integração. O mundo de hoje é altamente competitivo. Os países, grandes ou pequenos, não sobrevivem se não estiverem plenamente integrados a suas regiões. Nossa opção pelo Mercosul é um reconhecimento dessa realidade.

É isso que o Brasil tem procurado fazer também na América do Sul: construir as bases de um espaço sul-americano integrado que fortalecerá a inserção internacional de todos os países da região. Por que fazemos isso? Porque nós moramos aqui, esta é a nossa casa. Integrar a infra-estrutura regional, aumentar o comércio e reforçar a Comunidade Sul-Americana de Nações, tudo isso irá criar melhores condições para o nosso desenvolvimento econômico e social. Do Brasil e de nossos vizinhos. Assim teremos mais estabilidade e segurança no continente, além de consolidarmos as nossas instituições democráticas.

A guerra no Líbano comoveu muitos brasileiros, principalmente porque o Brasil vem mostrando exemplarmente como pessoas de origem judaica e árabe podem conviver pacificamente.



Há possibilidades de que Brasil contribua especificamente para uma solução que vise a uma paz duradoura?

De fato, o conflito no Líbano chocou a nossa consciência. Tivemos de montar a maior operação de retirada de nacionais no exterior já realizada por um governo brasileiro. Fui a Beirute logo após o cessar-fogo e estive antes por duas vezes em Adana, na Turquia. Ali, vi de perto o drama das famílias surpreendidas pelo horror da guerra. Não podemos ficar indiferentes a isso. Para levar a efeito o compromisso do governo brasileiro com os esforços de recuperação do Líbano, organizamos recentemente uma missão de cooperação com aquele país.

Acompanhamos de perto a questão política do Oriente Médio. Temos no Brasil expressivas comunidades árabes e israelitas. Acho que o Brasil pode dar sim uma contribuição ao processo de paz. O presidente Lula, no seu discurso deste ano na abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas, sugeriu a realização de uma ampla conferência internacional sobre o tema. Participariam não só os países diretamente envolvidos ou as grandes potências, mas também países importantes que têm capacidade e experiência para ajudar na resolução



Amorim com o ministro alemão das Relações Exteriores, Frank-Walter Steinmeier

de conflitos pela via pacífica. O Brasil está pronto a colaborar para promover a paz e o diálogo naquela região.

As negociações internacionais sobre comércio têm sido até o presente infrutíferas. Quais as suas perspectivas para o futuro? Qual será o futuro papel do G-20?

As assimetrias no comércio internacional causam grande dano aos países em desenvolvimento, em particular aos segmentos sociais mais excluídos. Uma conclusão satisfatória da Rodada de Doha é essencial para corrigir esse quadro. Temos que avançar nos dois pilares agrícolas que levaram ao impasse: apoio doméstico e acesso a mercados. Concluir a negociação das modalidades em agricultura é fundamental para que avancemos nas demais frentes negociadoras. Não podemos perder os ganhos acumulados, como o entendimento alcançado em Hong Kong sobre uma data final para a eliminação dos subsídios à exportação. A maior contribuição deve vir dos países desenvolvidos, que precisam mostrar vontade política e liderança.

Embora seja difícil fazer prognósticos sobre possíveis resultados da Rodada,

não resta dúvida de que mudou o processo negociador do sistema multilateral de comércio. As negociações contam agora com uma participação muito mais ampla dos países em desenvolvimento. Há maior representatividade. Desde Cancún, o G-20 tem exercido um papel central. Além de apresentar propostas sólidas, realistas e equilibradas, o grupo vem atuando de forma construtiva – e continuará a fazê-lo – para buscar a aproximação de posições e o impulso político necessário à continuidade dos trabalhos. Paralelamente, o G-20 tem conduzido consultas internas de caráter técnico, a fim de preparar-se para a retomada das negociações formais. Com sua coerência técnica e sua capacidade de articulação política, o G-20 é hoje um interlocutor indispensável na OMC.

Considerando a interrupção da Rodada de Doha, alguns políticos europeus estão propondo priorizar e concluir as negociações entre a União Européia e o Mercosul. Como o senhor vê isso?

Para nós, as negociações com a União Européia e a Rodada de Doha podem trazer benefícios concretos. São complementares. Cabe lembrar que o Mercosul está no momento engajado em várias outras negociações: com a Índia, a SACU e o Conselho de Cooperação do Golfo, entre outros.

Queremos ampliar o nosso comércio com a Europa. Esperamos que a UE faça movimentos e que possamos avançar rapidamente nas negociações. Atribuímos grande importância a esse exercício. Mas desejamos também que a UE siga tão engajada quanto o Brasil nos esforços para a retomada do processo negociador na OMC.

A Alemanha assumirá a presidência da União Européia e do G-8 no início de 2007. Quais são as expectativas do Brasil?

Temos com a União Européia sólidos laços culturais e históricos. A Alemanha poderá ter um papel determinante de liderança para fortalecer o eixo de cooperação com o Brasil. Existe uma nítida percepção quanto à

conveniência de elevar o nível do diálogo político. Esse interesse ficou manifesto na declaração conjunta que firmaram os presidentes Lula e Durão Barroso no Brasil, em junho de 2006. Ambos reconheceram que caminhamos para a formalização de uma parceria estratégica, nos moldes das que existem entre a UE e a Rússia, a China, a Índia e, mais recentemente, a África do Sul. Desejamos o mesmo no caso do G-8: que seja cada vez mais aprofundado o diálogo ampliado do grupo com os países em desenvolvimento.

Quanto ao acordo Mercosul-UE, o Brasil espera contar com o valioso apoio da Alemanha para que as negociações possam concluir-se em 2007, de forma justa e equilibrada. Esse acordo tem importância não apenas comercial, mas também estratégica e política, pois contribui para uma saudável multipolaridade nas relações internacionais.

Como senhor avalia as perspectivas de longo prazo das relações Brasil-Alemanha? Que possibilidades deveriam ser exploradas para ampliar essas relações?

A Alemanha continua sendo o principal parceiro comercial do Brasil na Europa. O comércio bilateral alcançou 11 bilhões de dólares em 2005. São Paulo é a cidade que concentra, ainda hoje, um dos maiores volumes de investimentos alemães fora da Alemanha. Esperamos que haja aumento e diversificação desses investimentos, sobretudo em infraestrutura. Os Encontros Econômicos Brasil-Alemanha, que se realizam anualmente, têm ajudado na consecução desse objetivo.

No plano político, temos uma parceria estratégica entre os dois países. Promovemos nos últimos anos iniciativas conjuntas no âmbito multilateral, com destaque para o G-4. Em 2007, as relações bilaterais deverão ganhar impulso com as visitas de alto nível que estão sendo programadas, entre elas a do presidente Horst Köhler. Nossa expectativa é de que possamos, por exemplo, assinar um novo acordo sobre cooperação na área de energia. ■